



Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão Pública (FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)
Professor Abimael de Jesus Barros Costa

ANA PAULA PEREIRA LIMA

RECURSOS DO DPVAT NO ORÇAMENTO DO SUS:
UTILIZAÇÃO E IMPACTO DE UMA PROVÁVEL EXTINÇÃO

Brasília, DF
2020

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura
Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Sérgio Antônio Andrade de Freitas
Decano de Ensino de Graduação

Professora Doutora Helena Eri Shimizu
Decana de Pós-graduação

Professor Doutor Eduardo Tadeu Vieira
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Professor Doutor Paulo César de Melo Mendes
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor César Augusto Tibúrcio Silva
Coordenador do Programa Pós-graduação em Ciências Contábeis

Professora Doutora Danielle Montenegro Salamone Nunes
Coordenadora de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Diurno

Professor Mestre Elivânio Geraldo de Andrade
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Noturno

ANA PAULA PEREIRA LIMA

RECURSOS DO DPVAT NO ORÇAMENTO DO SUS:
UTILIZAÇÃO E IMPACTO DE UMA PROVÁVEL EXTINÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)
apresentado ao Departamento de Gestão de
Políticas Públicas (GPP) da Faculdade de
Economia, Administração, Contabilidade e
Gestão Pública da Universidade de Brasília
como requisito à conclusão da Especialização em
Orçamento e Políticas Públicas.

Orientador:
Prof. Abimael de Jesus Barros Costa

Brasília, DF
2020

ANA PAULA PEREIRA LIMA
RECURSOS DPVAT NO ORÇAMENTO DO SUS: UTILIZAÇÃO E
IMPACTO DE UMA PROVÁVEL EXTINÇÃO / ANA PAULA
PEREIRA LIMA –Brasília, 2020. 61.

Orientador(a): Prof. Abimael de Jesus Barros Costa

Trabalho de Conclusão de curso (Monografia – Pós Graduação) – Universidade
de Brasília, 2º Semestre letivo de 2020.

Bibliografia.

1. Introdução DPVAT 2. O Seguro DPVAT 3. Descrição e Análise de Dados
4. Utilização do Recurso DPVAT 5. Impacto na Saúde no Caso de Extinção
I. Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de
Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília. II.
Título.

CDD –

ANA PAULA PEREIRA LIMA

RECURSOS DPVAT NO ORÇAMENTO DO SUS:
UTILIZAÇÃO E IMPACTO DE UMA PROVÁVEL EXTINÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia)
apresentado ao Departamento de Gestão de
Políticas Públicas (GPP) da Faculdade de
Economia, Administração, Contabilidade e
Gestão Pública da Universidade de Brasília
como requisito à conclusão da Especialização
em Orçamento e Políticas Públicas, aprovado
pela seguinte comissão examinadora:

Prof. Dr. Abimael de Jesus Barros Costa
Orientador
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
Universidade Brasília (UnB)

Prof. Dr. José Marilson Dantas
Examinador(a)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
Universidade de Brasília (UnB)

Brasília, DF
2020

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me proporcionar mais esse ensinamento, às minhas filhas e ao meu marido pelo incentivo e apoio diários, fundamentais para o meu fortalecimento e crescimento.

Ao Ministério da Saúde, por financiar e acreditar no potencial de seus servidores, ajudando a mostrar que, oposto ao que é o senso comum da população, há servidores que trabalham muito, que querem melhorar a cada dia, que acreditam no que fazem, e, principalmente, trabalham com amor e afinho para prestarem um serviço de qualidade à população brasileira.

Aos que de alguma forma contribuíram para este trabalho, servidores e colaboradores, doando seu tempo e transferindo seus conhecimentos.

Aos mestres que me ajudaram nesse caminho com dedicação e muito conhecimento. Pessoas especiais que se dedicam para ajudar a construir um país melhor, preparando e capacitando pessoas para prestar um serviço público mais eficiente e de qualidade.

Em especial, obrigada ao Professor Abimael, que me orientou sabiamente nesse caminho do trabalho final.

Por fim, obrigada aos meus colegas de curso e de trabalho. Que nós possamos aplicar todo conhecimento adquirido e trabalharmos juntos para um Brasil melhor. Contem comigo.

RESUMO

O seguro DPVAT – Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – é um seguro obrigatório imposto para todos os proprietários de veículos no Brasil. Ele é responsável por garantir cobertura às vítimas de possíveis danos físicos causados por automóveis ou suas cargas. Mas esse seguro abrange outras vertentes que transpassam um seguro obrigatório. O DPVAT é um valioso instrumento de proteção social e de política pública; além de indenizar todas as vítimas de acidentes do trânsito, de forma rápida e simples, seus recursos ainda são utilizados para saúde pública e na prevenção de acidentes no trânsito. Os recursos arrecadados com o DPVAT são divididos entre o SUS, representado pelo Fundo Nacional de Saúde para custeio da assistência médico-hospitalar das vítimas dos acidentes de trânsito, o Departamento Nacional de Trânsito, para aplicação exclusiva em programas destinados à prevenção desses acidentes, e a companhia seguradora, para as indenizações. Analisando essa repartição, verifica-se que o DPVAT participa diretamente nas políticas públicas de saúde e de educação, que estão intrínsecas ao tratamento dos acidentados e à educação no trânsito. E é nessa vertente de política pública de saúde que esse trabalho será desenvolvido, com o objetivo de demonstrar: a utilização dos recursos do seguro DPVAT na saúde pública brasileira; o montante e a utilização dos recursos nos últimos 6 (seis) anos no SUS – Sistema Único de Saúde; a aplicação e o impacto que poderia ser causado na saúde no caso de sua extinção. A Metodologia utilizada foi a pesquisa da legislação, consulta aos sistema de orçamentos público como o SIAFI, SISGRU, pesquisas na *internet* (no site da Câmara dos Deputados – Atividade Legislativa – Orçamento da União; no site da Seguradora Líder e no site PAINEL DO ORÇAMENTO PÚBLICO), pesquisas de iniciativas no legislativo, trabalhos e pesquisas publicados anteriormente, entrevista e questionário com servidores públicos e gestores da saúde, especificamente do FNS – Fundo Nacional de Saúde e a SPO – Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Saúde.

Palavras-chave: DPVAT; Seguro; Saúde; Orçamento; SUS.

ABSTRACT

The DPVAT – Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (Personal injury caused by land motor vehicles) insurance is a mandatory insurance imposed on all vehicle owners in Brazil. It is responsible for ensuring coverage for victims of possible physical injuries caused by automobiles or their cargo. However, this insurance covers other aspects that go beyond mandatory insurance. The DPVAT is a valuable instrument for social protection and public policy. In addition to indemnifying all victims of traffic accidents, quickly and simply, its resources are also used in public health and in the prevention of traffic accidents. The funds raised with the DPVAT are divided between SUS – Sistema Único de Saúde (Brazil's unified health system), represented by the National Health Fund, to cover medical assistance for victims of traffic accidents; the National Traffic Department, for exclusive application in programs aimed at preventing these accidents; and the insurance company, for damages. If we analyze this distribution, we will see that the DPVAT takes part directly in public health and in education policies. These public policies are intrinsic to the treatment of the injured and to traffic education. It is in this aspect of public health policy that the present work will be developed. This work aims to demonstrate the use of DPVAT insurance resources in Brazilian public health. It will demonstrate the amount and the use of these resources in the last 6 (six) years in SUS, how this insurance is applied and what would be the impact on health in the event of its extinction. The methodology used consisted in research of the legislation, consults to public budget systems such as SIAFI and SISGRU, web searches (on the Câmara dos Deputados website – Atividade Legislativa – Orçamento da União; on the Seguradora Líder website and on the Painel do Orçamento Público website), research on legislative initiatives, research of previously published works and researches, and interviews and a questionnaire carried out with public servants and health care managers, specifically from the FNS – Fundo Nacional de Saúde (National Health Fund) and the SPO – Subsecretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Saúde (Ministry of Health's Secretariat for Planning and Budget).

Keywords: DPVAT; INSURANCE; HEALTH; BUDGET; SUS.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1. Problema da Pesquisa	10
1.2. Objetivo Geral e Objetivos Específicos	10
1.3. Justificativa da Pesquisa	11
1.4. Estrutura da Pesquisa.....	12
2. O SEGURO DPVAT	12
2.1. Quem tem direito	12
2.2. Como é arrecadado	13
2.3. Quem administra.....	13
2.4. Valores das indenizações.....	14
2.5. Como é a distribuição dos recursos DPVAT.....	14
2.6. A obrigação de orientar sobre o DPVAT	18
2.7. Como solicitar o DPVAT	18
2.8. Transferência dos recursos para o SUS	19
2.9. Quem fiscaliza	19
2.10. Recurso DPVAT no tempo.....	20
2.11. Os recursos DPVAT no SUS.....	23
3. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	24
3.1. Levantamento dos recursos DPVAT no FNS.....	24
3.2. Comparativo entre recursos DPVAT e orçamento do FNS.....	25
3.3. Participação percentual dos valores DPVAT no orçamento FNS	27
3.4. Evolução dos recursos DPVAT no tempo.....	27
4. UTILIZAÇÃO DO RECURSO DPVAT NA AÇÃO 8585	28
4.1. Participação dos recursos DPVAT na ação 8585 do SUS.....	29
4.2. Recursos DPVAT X Dotação Ação 8585.....	30
4.3. Participação percentual do DPVAT na Ação 8585	31
4.4. Valores dos recursos DPVAT na Ação 8585	32
5. QUAL SERIA O IMPACTO NA SAÚDE PÚBLICA SE O SEGURO DPVAT FOSSE EXTINTO?	33
6. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	34
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
ANEXOS.....	38
REFERÊNCIAS	10

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Indenizações solicitadas à Seguradora Líder	16
Tabela 2 – Seguro DPVAT no tempo.....	20
Tabela 3 – Apresentação dos valores do DPVAT e do FNS	25

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição dos recursos, dados de 2016 e 2017	15
Gráfico 2 – Perfil das vítimas, ainda de acordo com esse relatório.....	17
Gráfico 3 – Comparação dos valores do DPVAT e do FNS	26
Gráfico 4 – Participação percentual dos valores DPVAT no FNS.....	27
Gráfico 5 – Comportamento dos valores do DPVAT no tempo.....	28
Gráfico 6 – Apresentação dos valores da Ação 8585	30
Gráfico 7 – Apresentação dos valores DPVAT e da Ação 8585	31
Gráfico 8 – Participação percentual do DPVAT na Ação 8585	32
Gráfico 9 – Apresentação dos valores do DPVAT e da Ação 8585.....	33

LISTA DE SIGLAS

AGU	Advocacia Geral da União
ART	Artigo
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNSP	Conselho Nacional de Seguros Privados
CONTRAN	Conselho Nacional de Trânsito
DENATRAN	Departamento Nacional de Trânsito
DPVAT	Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres
EMI	Exposição de Motivos Interministerial
FNS	Fundo Nacional de Saúde
GRU	Guia de Recolhimento da União
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPVA	Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores
LOA	Lei Orçamentária Anual
MP	Ministério Público
MS	Ministério da Saúde
PIB	Produto Interno Bruto
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
RECOVAT	Responsabilidade Civil Obrigatória de Veículos Automotores Terrestres
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SIAFI	Sistema de Integração de Administrativo Financeira do Governo Federal
SISGRU	Sistema de Gestão de Recolhimento da União
SPB	Sistema de Pagamento Brasileiro
SPO	Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
SUS	Sistema Único de Saúde
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados

TCU Tribunal de Contas da União

UG Unidade Gestora

1. INTRODUÇÃO

O DPVAT foi instituído com o Decreto-Lei nº 73, de 21/11/1966, e impôs a todos os proprietários de veículo automotor a contratação desse seguro, de responsabilidade civil, para garantir a cobertura dos danos causados pelo uso e circulação do veículo. Inicialmente conhecido como RECOVAT, foi substituído pelo atual DPVAT conforme a Lei nº 6.194 de 19/12/1974.

Segundo o Portal Nacional de Seguros – Portal do Trânsito, DPVAT é o seguro que ampara todas as vítimas de acidentes de trânsito ocorridos no Brasil, sejam pedestres, passageiros ou motoristas. As indenizações são pagas independentemente da apuração de culpa ou da identificação do veículo causador do dano. O benefício funciona como uma espécie de assistência para que as vítimas de acidentes de trânsito retomem o curso de suas vidas, o que atribui um forte viés social a este seguro.

Além de amparar as vítimas de acidentes de trânsito, o DPVAT destina 50% (cinquenta por cento) dos valores arrecadados para a Seguridade Social (constituem receitas do orçamento de Seguridade Social), destes, 45% são destinados ao SUS (Fundo Nacional de Saúde) e, é nessa parcela que este trabalho se debruça.

Esta pesquisa busca apresentar dados financeiros dos últimos 06 (seis) anos, direcionados ao Fundo Nacional de Saúde – FNS, e identificar as ações beneficiadas. Além disso, pretende-se demonstrar como é feita a Gestão dos recursos, qual seria o impacto no orçamento, caso houvesse a extinção do DPVAT, e demonstrar a utilização dos recursos no orçamento do SUS.

1.1. Problema da Pesquisa

Com a extinção dos recursos DPVAT destinados ao SUS, qual seria o impacto na saúde pública?

1.2. Objetivo Geral e Objetivos Específicos

Demonstrar a utilização dos recursos do DPVAT no SUS e as ações que são contempladas por ele. Apresentar os valores destinados ao FNS nos últimos 06 anos e demonstrar possíveis impactos, no caso de sua extinção.

1.3. Justificativa da Pesquisa

Atualmente, os recursos do DPVAT têm sido assunto de relevância no mundo legislativo, em especial, pela Medida Provisória nº 904/2019, proposta pela Presidência da República, na qual o Presidente Jair Bolsonaro propõe sua extinção.

Diversas são as justificativas citadas para tal proposta, dentre elas, a existência de atendimento gratuito e universal na rede pública, por meio do SUS; o fato do Instituto Nacional do Seguro Social possuir a cobertura de pensão por morte, bem como o Benefício de Prestação Continuada – BPC; que o modelo atual do Seguro DPVAT induz distorções e ineficiência no funcionamento e na regulação do referido seguro, exemplo disso, é a definição do lucro como um percentual fixo (até 2%) do prêmio arrecadado, ou seja, como consequência, quanto maior o custo, maior o lucro); que o TCU e o MP levantam a possibilidade de fraudes e de erros de gestão. (Exposição de Motivos - EMI nº 00355/2019 ME AGU).

Em reportagem publicada na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Leonardo Mattos, integrante do Grupo de Pesquisa e Documentação sobre o Empresariamento da Saúde, do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), afirma que, apesar de representar apenas 1% dos recursos do SUS, a extinção do seguro, somada às outras medidas, é mais um ataque à saúde pública. Dentre essas medidas, a mais significativa está a Emenda Constitucional 95, que restringe os recursos para a saúde por 20 anos.

Leonardo Mattos afirma ainda que, O Sistema Único de Saúde têm sido a principal ferramenta para enfrentar as consequências dos acidentes de trânsito, “É o Samu que resgata os acidentados, e são as emergências de hospitais públicos que os atendem, fazem cirurgias e depois cuidam de sua reabilitação”. Segundo o pesquisador, a extinção do DPVAT prejudica e dificulta ainda mais a capacidade do Sistema Único de Saúde de atender com dignidade.

Diante dessa ameaça de extinção e, como isso teria impacto no SUS, surgiu, então, a ideia de pesquisa com a temática acerca sobre a real importância desses recursos para a saúde pública no Brasil e, qual é o montante anual e a aplicação prática desses recursos.

Foram ouvidos, servidores do Ministério da Saúde, envolvidos no processo de gestão do recurso no FNS, com o intuito de compreender sua utilização, como é escolhida a ação que receberá o recurso e qual a sua importância no orçamento do SUS.

1.4. Estrutura da Pesquisa

Este trabalho conta com 07 capítulos. O Capítulo 1 introduz o assunto DPVAT e traz as questões desse trabalho, o Capítulo 2 trata do conceito, informações gerais, da legislação do DPVAT e desse recurso no SUS, o Capítulo 3 faz o levantamento dos dados entre DPVAT e SUS, o Capítulo 4 trata dos recursos do DPVAT na Ação 8585, o Capítulo 5 analisa o impacto no SUS no caso da extinção do DPVAT, Capítulo 6 demonstra os procedimentos metodológicos deste TCC e o Capítulo 7 traz as considerações finais.

2. O SEGURO DPVAT

O Seguro DPVAT é um seguro obrigatório, instituído pelo Decreto-Lei nº 73/66 e normatizado pela Lei nº 6.194/74, que garante ressarcimento por danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga. Esse é o conceito legalista do DPVAT.

Reconhecido como um relevante instrumento de proteção social, o Seguro DPVAT oferece cobertura abrangente para todas as vítimas de acidentes de trânsito, registrados em território nacional. Condição garantida tanto para ocorrências que resultem em morte e invalidez permanente, quanto para a cobertura de custos médico-hospitalares. A proteção é assegurada por um período de até 3 anos, a partir da data do acidente. Trata-se, portanto, de um seguro inclusivo, universal, de custo reduzido que, beneficia principalmente a população de baixa renda, tradicionalmente vulnerável às situações de risco por não ter acesso facilitado aos outros mecanismos de proteção, tais como planos de saúde privados e seguros para veículos automotores.

A indenização pelo Seguro DPVAT, nesse contexto, representa uma conquista e um direito do cidadão brasileiro, uma vez que, seus recursos são assegurados por lei e obtidos por meio da cobrança anual de uma quantia paga — por todos os proprietários de veículos automotores — uma única vez, junto ao IPVA ou, no licenciamento, para os veículos isentos do imposto.

2.1. Quem tem direito

Ao sofrer um acidente de trânsito, com ocorrência de lesões, qualquer pessoa, motorista, passageiro ou pedestre, acusado ou não do ocorrido, tem direito a solicitar o seguro.

2.2. Como é arrecadado

Desde 1986, conforme a Resolução CONTRAN nº 664/86, o Seguro é cobrado anualmente juntamente com o IPVA - Imposto de Propriedade de Veículo Automotivo, ou no licenciamento para os veículos isentos do IPVA.

Segundo Duarte e Oliveira (2017), o prêmio do Seguro DPVAT é fixado e revisado anualmente pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), com base em estudos estatísticos e atuariais desenvolvidos pela SUSEP, a partir das informações encaminhadas pela entidade gestora do Consórcio DPVAT. Este valor varia de acordo com a categoria de veículo (carros de passeio, moto, ônibus), mas não são levadas em consideração outras variáveis que individualizem os riscos representados pelos veículos (como potência do motor, região de utilização, itens de segurança) e seus condutores (como idade, sexo).

2.3. Quem administra

O Seguro DPVAT foi aperfeiçoado muitas vezes desde a sua criação, em 1974. Uma dessas mudanças aconteceu em 2007. Para dar unidade à gestão do Seguro e agilidade no atendimento aos beneficiários, foi criado o formato de Consórcio, com uma seguradora centralizando as operações administrativas e judiciais do Seguro DPVAT. A Seguradora Líder é a responsável pela administração do consórcio.

A Seguradora Líder foi constituída em outubro de 2007, atendendo a Resolução nº 154 do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), que determinou um novo modelo de administração dos recursos do Seguro DPVAT: a criação de um consórcio administrado por uma seguradora. Dessa forma, a partir de 1º de janeiro de 2008, a Seguradora Líder se tornou a gestora do Seguro DPVAT, sendo a companhia responsável pela arrecadação dos prêmios e pelo pagamento das indenizações. A Seguradora Líder é uma empresa nacional, líder de um consórcio com 73 seguradoras. As seguradoras Consorciadas são garantidoras das indenizações e compartilham a gestão. A adesão de uma seguradora ao Consórcio é facultada à todas as seguradoras especializadas no segmento de seguros de dano e/ou pessoas autorizadas pela Susep a operar no país. A representação das Seguradoras Consorciadas, nas esferas administrativas e judiciais e em temas ligados ao Seguro DPVAT, é feita pela Seguradora Líder, assim como todo o atendimento às demandas de fiscalização da Superintendência de Seguros

Privados (SUSEP) com relação às atividades do Consórcio.

2.4. Valores das indenizações

A Lei 11.482/2007 define que os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido nessa Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; nesse caso, conforme a Lei nº 10.406, Art. 792, a falta de indicação da pessoa ou beneficiário, ou se, por qualquer motivo, não prevalecer a que for feita, o capital segurado será pago a metade ao cônjuge não separado judicialmente, e o restante aos herdeiros do segurado, obedecida a ordem da vocação hereditária.

II - Até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - Até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (NR)

Inicialmente, esses valores eram calculados pelo salário-mínimo. A Lei nº 6.194/1974, determinava o pagamento de 40 salários, no caso de morte; até 40 salários, no caso de invalidez permanente; e, até 8 salários-mínimos como reembolso às vítimas, no caso de despesas de assistências médicas e suplementares, devidamente comprovadas.

O artigo de Britto e Rocha (2013), apresenta que o seguro obrigatório de trânsito no Brasil teria uma tripla função, tendo como ponto nodal uma análise crítica sobre a função indenizatória do DPVAT, não se aprofundando no que se refere aos demais objetivos regulatórios. Os autores argumentam que esta função indenizatória não é cumprida a contento na medida em que os valores das indenizações fixas do seguro não indenizam adequadamente as vítimas e/ou seus beneficiários.

Os valores atuais estão defasados, pois não sofreram qualquer reajuste desde 2007.

2.5. Como é a distribuição dos recursos DPVAT

O Decreto nº 2.867 de 08/12/1998 dispõe sobre a repartição dos recursos provenientes

do DPVAT da seguinte forma:

- a) 45% (quarenta e cinco por cento) do valor bruto recolhido do segurado ao crédito direto do Fundo Nacional de Saúde, para custeio da assistência médico-hospitalar dos segurados vitimados em acidentes de trânsito, nos termos do parágrafo único do art. 27 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;
- b) 5% (cinco) por cento do valor bruto recolhido do segurado ao Departamento Nacional de Trânsito, por meio de crédito direto à conta única do Tesouro Nacional, para aplicação exclusiva em programas destinados à prevenção de acidentes de trânsito; e,
- c) 50% (cinquenta por cento) do valor bruto recolhido do segurado à companhia seguradora, na forma da regulamentação vigente.

Gráfico 1 – Distribuição dos recursos, dados de 2016 e 2017



Fonte: Seguro DPVAT Um direito conquistado - Seguradora Líder

Os 50% (cinquenta por cento) destinados à companhia seguradora, são atribuídos para pagamento das indenizações, custos e lucro das seguradoras.

Segundo Scaramussa e Sá (2020), os acidentes de trânsito são cada vez mais frequentes no país e ocupam o segundo lugar em óbitos por causas externas, sendo que os que envolvem motocicletas representam a principal causa de morte. Para todos os anos, o gênero mais acometido foi o masculino, com idade entre 18 e 34 anos. Em 2015, 76% das indenizações

pagas foram para acidentes com motocicleta, representando um gasto total para o SUS com cerca de R\$ 130 milhões.

Em 2016, a maioria das indenizações pagas foi por invalidez permanente. Os acidentes automobilísticos corresponderam a 18% das internações por causas externas, com um custo total de cerca de R\$ 140 milhões. Em 2017, o pedestre foi o segundo tipo de vítima mais comum (24% das indenizações pagas). Em 2018, quase 148 milhões foram gastos em internações pelo SUS. Do total de indenizações pagas pelo seguro DPVAT em 2017, as indenizações referentes à acidentes por motocicletas, correspondem a 74% (284.154), mesmo sendo o veículo que representa apenas 27% da frota nacional. Dentro dessa porcentagem, 7% foram pagas por óbito, 14% por DAMS (Despesa de Assistência Médica e Suplementares) e, por fim, 79% por invalidez permanente.

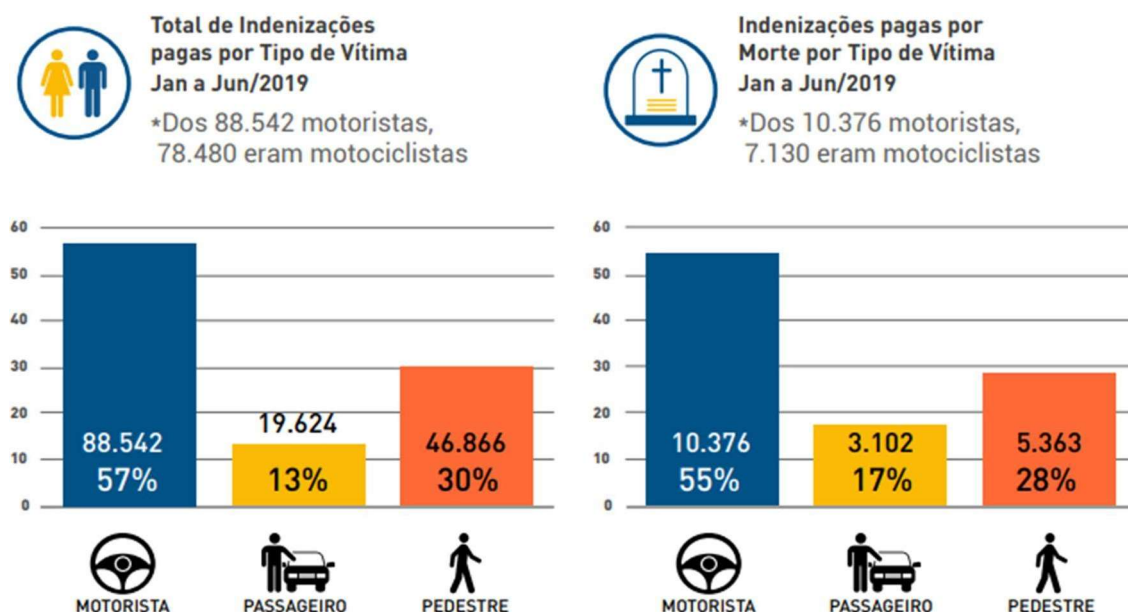
De janeiro a junho de 2019, de acordo com o Relatório Estatístico Semestral da Seguradora Líder, foram pagas quase 300.000 indenizações.

Tabela 1 – Indenizações solicitadas à Seguradora Líder

Indenizações Solicitadas					
NATUREZA DA INDENIZAÇÃO	JAN A JUN 2019	%	JAN A JUN 2018	%	JAN A JUN 2019 X JAN A JUN 2018
MORTE	23.633	8%	23.445	8%	1%
INVALIDEZ PERMANENTE	225.093	76%	228.251	77%	-1%
DESPESAS MÉDICAS (DAMS)	49.388	17%	44.635	15%	11%
Total	298.114	100%	296.331	100%	1%

Fonte: Relatório Estatístico Semestral 2019 da Seguradora Líder

Gráfico 2 – Perfil das vítimas, ainda de acordo com esse relatório:



Fonte: Relatório Estatístico Semestral 2019 da Seguradora Líder

Percebe-se, por esses números, a importância desse seguro e dos prêmios (indenizações). As indenizações foram pagas à uma quantidade representativa de vítimas, inclusive pedestres. Será que essas vítimas teriam condições ou, estariam amparados por outros seguros ou pelo INSS? O número de vítimas que puderam ser indenizadas é grande, porém, esse número poderia ser maior.

Cabral (2010) cita que a garantia de direitos com relação ao DPVAT, popularmente conhecido como Seguro Obrigatório, acaba não acontecendo, ou seja, não sendo usufruído por aqueles que têm direito devido à falta de conhecimento. Destacou ainda, que:

- A respeito da solicitação do DPVAT: do total dos entrevistados apenas 17% precisaram ou solicitaram o DPVAT e, a grande maioria, 83%, não necessitaram ou não solicitaram o seguro.
- Os usuários foram questionados se possuem conhecimento ou se já ouviram algo a respeito do seguro DPVAT. E 61% responderam que sim, já ouviram ou que possuem algum conhecimento sobre o assunto, entretanto, nesta questão, observa-se que muitos entrevistados ainda fazem confusão entre Seguro Obrigatório e DPVAT, por acreditarem se tratar de assuntos diferentes.

- A questão direcionada aos usuários, visava descobrir o grau de conhecimento das pessoas sobre como fazer valer e garantir este direito social, que é o seguro DPVAT. 87% dos usuários responderam que não sabem como usufruir deste direito, enquanto, 13% responderam que saberiam como usufruir, caso necessitasse.

Esses dados nos mostram a necessidade da ampla divulgação do Seguro DPVAT, para que todas as vítimas de acidentes de trânsito sejam amparadas por esse direito.

2.6. A obrigação de orientar sobre o DPVAT

A Portaria Interministerial nº 293/2012 define em seu Art. 5º. que o Fundo Nacional de Saúde - FNS do Ministério da Saúde, o Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN do Ministério das Cidades e a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A, terão a obrigação de adotar as medidas destinadas a assegurar, de forma ampla e permanente, a divulgação dos direitos de todos os cidadãos — sejam eles motoristas, passageiros ou pedestres — em todo o território nacional.

2.7. Como solicitar o DPVAT

Para dar entrada no pedido do Seguro DPVAT é preciso reunir a documentação de acordo com a cobertura desejada. Tal informação pode ser verificada no site da Seguradora Líder www.seguradoralider.com.br/Seguro-DPVAT/Como-Pedir-Indenizacao.

A entrega dos documentos pode ser feita em um ponto de atendimento, também informado no site da Seguradora Líder, ou dar entrada pela Central de Atendimento, nos telefones 4020-1596 (capitais e Regiões Metropolitanas), e 0800 022 12 04 (outras regiões), de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, exceto feriados nacionais; ou diretamente pelo aplicativo do Seguro DPVAT.

Tendo a documentação completa e correta, a análise do pedido é feita em até 30 dias e o pagamento, quando devido, é depositado na conta corrente ou poupança do beneficiário. É importante ressaltar que, tudo é feito diretamente com a Seguradora, sem a necessidade de outro indivíduo como intermediário. Não tem taxa a ser paga, é totalmente gratuito. O acompanhamento do pedido de indenização pode ser feito pelo próprio aplicativo do seguro DPVAT.

2.8. Transferência dos recursos para o SUS

Os recursos destinados ao SUS, 45% (quarenta e cinco por cento) do valor bruto recolhido do segurado, transferidos diretamente ao Fundo Nacional de Saúde e geridos por ele, são o objeto deste estudo

A Portaria Interministerial 293/2012 dispõe sobre a operacionalização dos repasses das destinações do Seguro DPVAT ao Fundo Nacional de Saúde (FNS), do Ministério da Saúde. No seu Art. 2º., essa Portaria define que os repasses do DPVAT serão efetuados pelos agentes arrecadadores, por meio da Guia de Recolhimento da União (GRU), repassando diretamente via Sistema de Pagamento Brasileiro (SPB) à Conta Única do Tesouro Nacional, à disposição do Fundo Nacional de Saúde (FNS).

Em seu § 1º determina que esses repasses deverão ser realizados pelos agentes arrecadadores até o 2º (segundo) dia útil posterior ao da arrecadação. O § 3º define que os valores recolhidos fora do prazo, previsto no § 1º, ficam sujeitos à atualização pela Taxa Média Referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), acrescidos de juros moratórios à taxa efetiva de 1% (um por cento) ao mês ou fração, e multa de 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado, calculado e exigível nas datas dos repasses.

2.9. Quem fiscaliza

A mesma Portaria Interministerial 293/2012, em seu Art. 3º, define que o Banco Central do Brasil fiscalizará o fiel cumprimento do repasse por parte da rede arrecadadora, aplicando as penalidades cabíveis, em caso de descumprimento.

Determina também, em seu Art. 4º, que a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) é a encarregada da fiscalização das operações do Seguro DPVAT junto à rede de Seguradoras em todo o país, de forma a garantir o nível de arrecadação e o atendimento ao disposto na Portaria.

A Constituição Federal em seu art. 71, inciso VI determina que cabe ao TCU fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município.

Conforme Acórdão 2609/2016 - Plenário – A operacionalização do Seguro DPVAT - que envolve, basicamente, a arrecadação dos prêmios e o pagamento das indenizações - constitui atividade eminentemente privada, sujeita à regulação e à fiscalização do Estado. Não

obstante o caráter compulsório do Seguro DPVAT, a relação estabelecida entre os proprietários de veículos e as seguradoras é de natureza privada. Em consequência, não há como afastar a natureza também privada dos recursos envolvidos nessa relação, notadamente daqueles voltados para a operacionalização do seguro. A parcela do Seguro DPVAT destinada à União se trata de receita pública federal, cuja arrecadação, sob os aspectos administrativos, se insere no rol de objetos passíveis de controle pelo Tribunal de Contas da União. No que tange à parcela da arrecadação voltada à operacionalização do seguro DPVAT, não há jurisdição direta do TCU, e sim de segunda ordem, sendo seu objeto a atuação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e da Superintendência de Seguros Privados - Susep como agentes reguladores e fiscalizadores da atividade, não a atividade em si mesmo considerada, a exemplo do que já ocorre em relação à fiscalização dos serviços públicos delegados a entidades privadas. No que se refere à operacionalização do seguro DPVAT por parte da Seguradora Líder, o TCU deva atuar de forma complementar à ação do CNSP e da Susep, não podendo substituir essas entidades, sob pena de extrapolar a esfera de suas competências. A competência originária do CNSP e da Susep para fiscalizar a atuação da Seguradora Líder não impede a atuação cooperativa e suplementar do TCU, que pode, ainda que de forma indireta, por intermédio de recomendações e, em caso de ilegalidade, de determinações dirigidas às entidades reguladoras, fiscalizar a atividade.

2.10. Recurso DPVAT no tempo

Tabela 2 – Seguro DPVAT no tempo

Ano	Norma	Descrição
1966	Decreto-Lei nº 73/66	Institui, em seu artigo 20, diversos seguros de contratação obrigatória, entre eles o Seguro de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre e por Embarcações, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.
1974	Lei nº 6.194/74	Criou o Seguro DPVAT, Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não. Autorizou a inclusão do Seguro DPVAT

1985	Resolução CNSP nº 11/85	Autorizou a inclusão do Seguro DPVAT no DUT – Documento Único de Trânsito
1986	Resolução CONTRAN nº 664/86	Incluiu o Seguro DPVAT como parte integrante do processo anual de licenciamento de veículos automotores de via terrestre.
1986	Resolução CNSP nº 06/86	Criou o convênio DPVAT, ficando a sua administração a cargo da Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização – Fenaseg.
1991	<u>LEI Nº 8.212/91</u>	Art. 27 Parágrafo Único - destina 50% para o SUS (SEGURIDADE SOCIAL)
1991	<u>LEI No 8.374/ 1991.</u>	Dispõe sobre o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por embarcações ou por sua carga e dá outras providências.
1992	Lei nº 8.441/92	Alterou dispositivos da Lei nº 6.194/74, tornando obrigatória a indenização do Seguro DPVAT, ainda que o acidente tenha sido causado por veículo não identificado, com seguro não realizado ou vencido.
1997	Lei 9.503/97	Alterou dispositivos da Lei nº 6.194/74, tornando obrigatória a indenização do Seguro DPVAT, ainda que o acidente tenha sido causado por veículo não identificado, com seguro não realizado ou vencido.
1998	Decreto Lei nº 2.867/1998	Dispõe sobre a repartição de recursos provenientes do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT. (45% SUS)
2004	Resolução CNSP nº 109/2004	Alterou e consolidou as normas disciplinadoras do Seguro DPVAT, autorizando a inclusão dos veículos de transporte coletivo de passageiros no Convênio DPVAT.

2006	Resolução CNSP nº 153/2006	Dispõe sobre a constituição das provisões técnicas do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não – Seguro DPVAT.
2006	Resolução CNSP nº 154/06	Dispõe sobre a transformação dos Convênios DPVAT em Consórcios, a serem administrados por uma seguradora líder, a partir de 01/01/2008.
2007	Lei nº 11.482/07	Alterou os artigos 3º, 4º, 5º e 11º da Lei nº 6.194/74, sendo as principais mudanças introduzidas: 1 Valores de indenização em reais (ratificação). 1 Prazo para pagamento ampliado de 15 para até 30 dias (atraso sujeito a juros e correção). 1 Pagamento da indenização baseado no valor vigente na data do acidente. 1 Pagamento em conta poupança (inclusão). 1 Cônjuge e herdeiros dividindo a indenização por morte (Art. 792 – Código Civil).
2007	Portaria SUSEP nº 2.797 de 4/12/2007	A Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A exerce a função de entidade líder do Consórcio.
2009	Lei nº 11.945/09	Previsão expressa de Invalidez Permanente Parcial, com inclusão de tabela específica para graduação da Invalidez Permanente Parcial do Seguro DPVAT; e proibição de acesso de direitos na cobertura da DAMS.
2012	Resolução CNSP nº 266/2012	Parcelamento do prêmio do Seguro DPVAT.
2012	Resolução CNSP Nº 273/2012	Altera e consolida as normas do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, ou por sua Carga, a Pessoas Transportadas ou não - Seguro DPVAT.
2012	Portaria interministerial 293/2012	<i>Dispõe sobre a operacionalização dos repasses das parcelas do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, ou por sua Carga, a Pessoas Transportadas ou Não (DPVAT).</i>

2015	Resolução CNSP nº 332/2015	Alterou e consolidou as normas do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, ou por sua Carga, a Pessoas Transportadas ou não – Seguro DPVAT (inclusão da categoria 8, Unificação dos Consórcios).
2016	Resolução CNSP nº 342/2016	Reduz os valores dos prêmios tarifários do Seguro DPVAT
2017	Resoluções Contran nº 712, de 25/10/2017; e nº 720, de 07/12/2017	Instituem o CRV eletrônico (CRV-e) e o CRLV-e, respectivamente. CRV - Certificado de Registro de Veículos CRLV - Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos
2017	Resolução CNSP nº 351 de 20/12/2017	Reduz os valores dos prêmios tarifários do Seguro DPVAT.
2019	Medida Provisória 904/2019 (Vigência encerrada em 20/04/2020)	Dispõe sobre a extinção do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas - DPEM -(Vigência encerrou-se em 20-04-2020, por perda de eficácia sem apreciação pelas Casas do Congresso Nacional (§§ 7º e 11 do art. 62 da Constituição Federal).

2.11. Os recursos DPVAT no SUS

Conforme o Decreto 2.897, de 08/12/1998, 45% (quarenta e cinco por cento) do valor bruto recolhido do segurado do DPVAT é creditado diretamente ao Fundo Nacional de Saúde, para custeio da assistência médico-hospitalar dos vitimados em acidentes de trânsito.

Ao entrarem na conta do Fundo Nacional de Saúde os recursos do DPVAT passam a compor o orçamento do Ministério da Saúde. Então, são considerados como receita própria, e passam a compor a cesta de fontes do orçamento da Seguridade Social que vão financiar o orçamento da saúde.

A Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991, que trata sobre a organização da seguridade social e institui plano de custeio, cita em seu art. 10 que a Seguridade Social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, mediante recursos provenientes da União, dos

estados, do Distrito Federal, dos municípios e de contribuições sociais.

No Ministério da Saúde, os recursos do DPVAT são repassados aos 26 Estados e ao Distrito Federal na Ação 8585 — Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade — . Essa aplicação dos recursos é definida pela área técnica do orçamento do Ministério. Não há normatização formal. O valor aplicado em cada ente depende da sua capacidade instalada, ou seja, dos serviços prestados. Não há vinculação direta.

Esse recurso está sendo direcionado somente aos estados e ao Distrito Federal, devido às constantes frustrações das receitas previstas advindas do DPVAT, para facilitar o controle. Quando há essa frustração, a SPO — Subsecretaria de Planejamento e Orçamento articula com a Secretaria do Orçamento Federal — SOF para trocar a fonte que está frustrada e substituí-la por uma fonte que esteja arrecadando, para cumprir o valor previsto na Lei Orçamentária (LOA).

Até pouco tempo, o DPVAT representava uma das maiores fontes próprias do Ministério da Saúde, mas nos últimos anos esses recursos vêm sofrendo queda. Em 2019 o seguro foi atingido pela Medida Provisória 904/2019, que apesar de não conseguir extingui-lo reduziu drasticamente seu valor e consequentemente sua arrecadação.

3. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

3.1. Levantamento dos recursos DPVAT no FNS

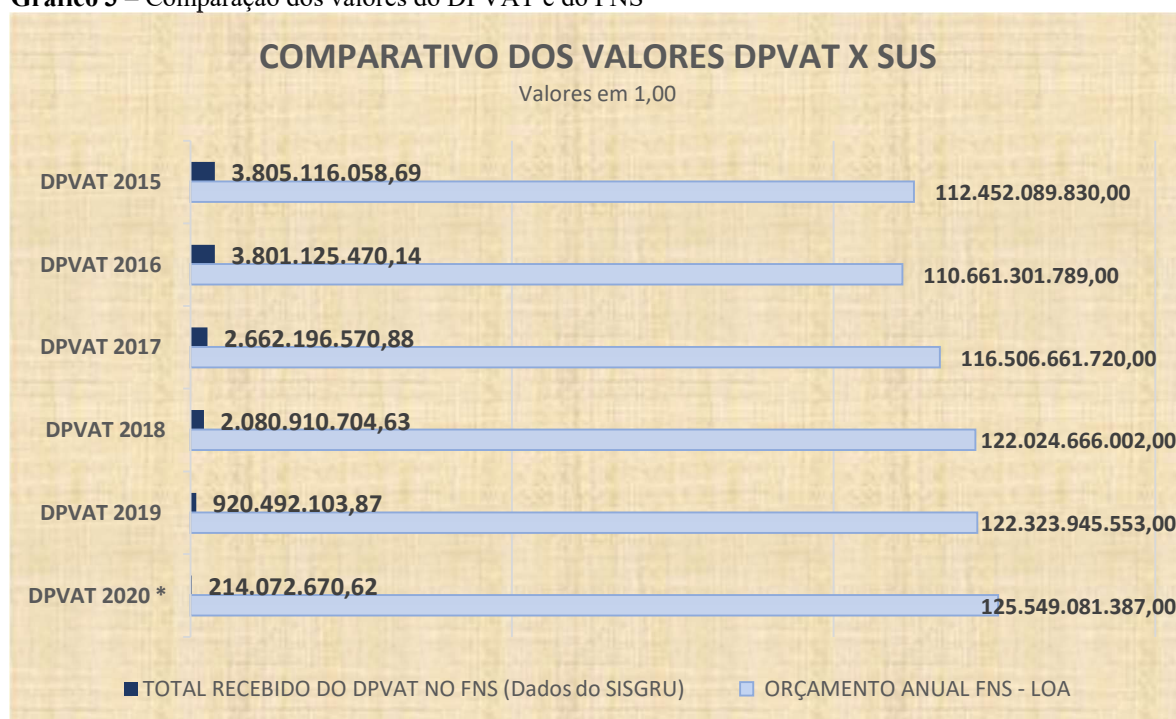
Tabela 3 – Apresentação dos valores do DPVAT e do FNS

DESCRIÇÃO DO PERÍODO	TOTAL RECEBIDO DO DPVAT NO FNS (Dados do SISGRU)	ORÇAMENTO ANUAL FNS - LOA	% PARTICIPAÇÃO DPVAT NO ORÇAMENTO FNS
DPVAT 2015	3.805.116.058,69	112.452.089.830,00	3,384
DPVAT 2016	3.801.125.470,14	110.661.301.789,00	3,435
DPVAT 2017	2.662.196.570,88	116.506.661.720,00	2,285
DPVAT 2018	2.080.910.704,63	122.024.666.002,00	1,705
DPVAT 2019	920.492.103,87	122.323.945.553,00	0,753
DPVAT 2020 *	214.072.670,62	125.549.081.387,00	0,171

Para atender aos objetivos deste trabalho e apresentar os valores destinados ao SUS nos últimos 06 (seis) anos, utilizamos o sistema SISGRU do Tesouro Nacional. O período utilizado foi de 01 de janeiro a 31 de dezembro de cada ano, exceto 2020 cujos dados são até 18/10/2020*. Os dados para pesquisa foram: UG-257001 do FNS; Código de arrecadação — 2701. O SISGRU limita cada pesquisa a um ano específico. Dessa forma, foram extraídos os relatórios separadamente dos anos 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020.

Esses valores são repassados em conformidade com a Portaria Interministerial 293/2012, diretamente via Sistema de Pagamento Brasileiro (SPB), à Conta Única do Tesouro Nacional, ao Fundo Nacional de Saúde (FNS). Ou seja, quando o proprietário de veículo paga o seguro DPVAT, 45% do valor vai dos bancos arrecadadores diretamente para o FNS.

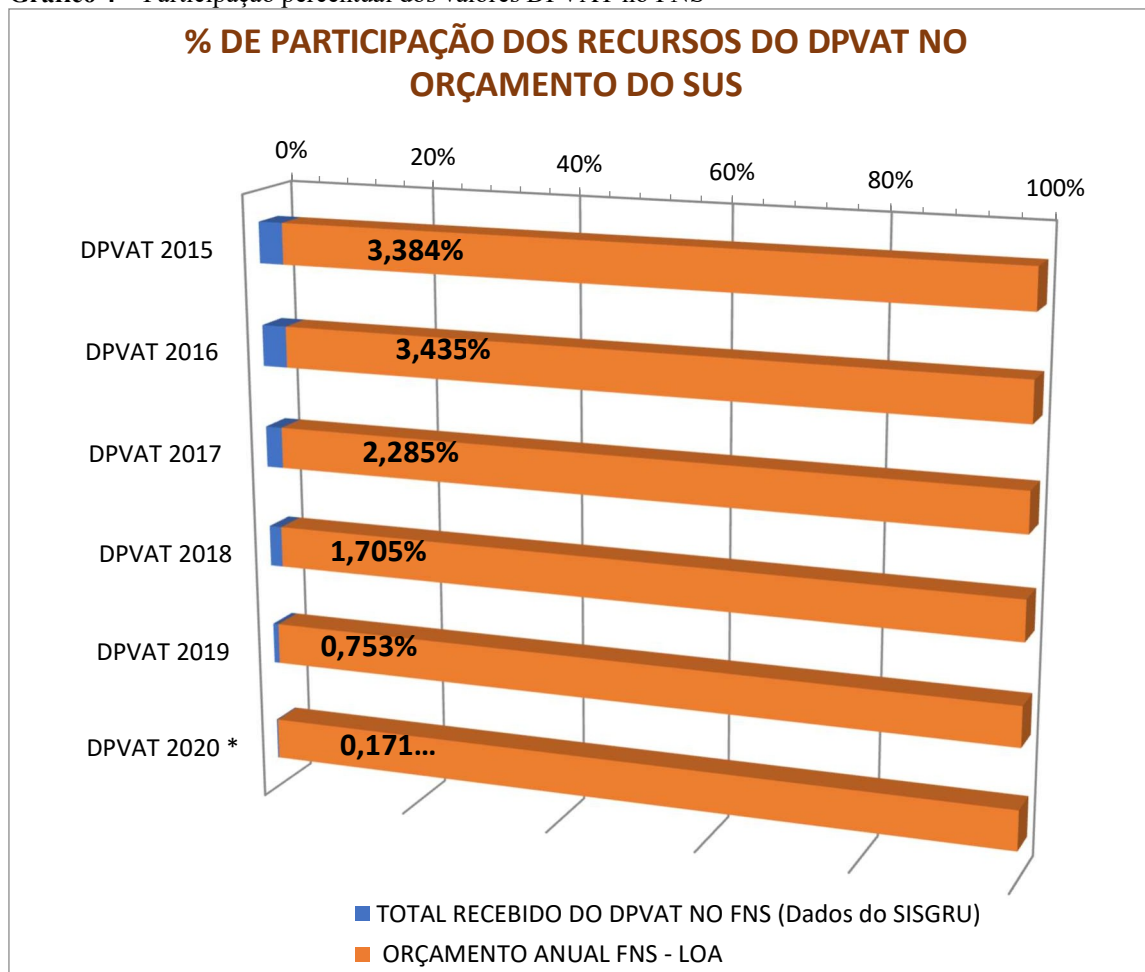
3.2. Comparativo entre recursos DPVAT e orçamento do FNS

Gráfico 3 – Comparação dos valores do DPVAT e do FNS

Esse gráfico demonstra os valores do DPVAT (SISGRU) em comparação com os valores do orçamento do FNS (LOA 2020).

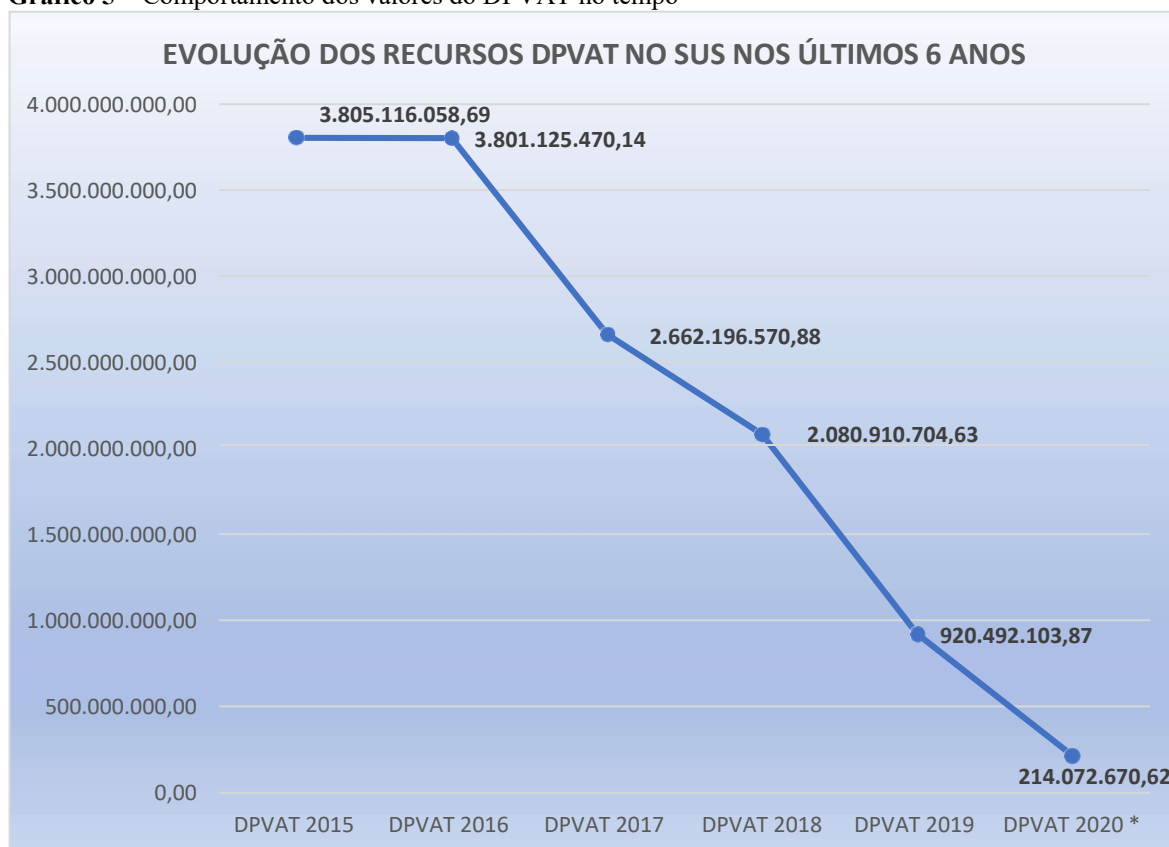
3.3. Participação percentual dos valores DPVAT no orçamento FNS

Gráfico 4 – Participação percentual dos valores DPVAT no FNS



Esse gráfico demonstra qual é a participação percentual dos recursos do DPVAT nos recursos totais do orçamento do Fundo Nacional de Saúde.

3.4. Evolução dos recursos DPVAT no tempo

Gráfico 5 – Comportamento dos valores do DPVAT no tempo

Esse gráfico demonstra como os recursos do DPVAT vêm diminuindo a cada ano. Em 2020 houve essa queda vertiginosa devido a Medida Provisória 904/2019, que apesar de ter perdido sua eficácia, derrubou o valor do seguro e consequentemente a arrecadação.

4. UTILIZAÇÃO DO RECURSO DPVAT NA AÇÃO 8585

As receitas do DPVAT, como já dito, compõem a cesta de fontes de recursos que vão custear as despesas do Sistema Único de Saúde.

Pela pesquisa realizada com os técnicos do Ministério da Saúde, constatou-se que os recursos do DPVAT são utilizados na Ação 8585 — Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade. Mas o que é a Ação 8585?

A Alta Complexidade são procedimentos que envolvem alta tecnologia e/ou alto custo. São exemplos de procedimentos de alta complexidade: traumatologia, cardiologia, terapia renal substitutiva e oncologia. As principais áreas estão organizadas em redes, como as de

cirurgias cardíacas e de atenção oncológica (Ministério da Saúde, 2006)

Já a Média Complexidade tem o objetivo de atender os principais agravos de saúde da população, com procedimentos e atendimento especializados. São serviços como consultas hospitalares e ambulatoriais, exames e alguns procedimentos cirúrgicos. É constituída por procedimentos ambulatoriais e hospitalares situados entre a atenção básica e a alta complexidade.

A aplicação dos recursos do DPVAT nessa ação se dá para custeio da assistência médico-hospitalar dos segurados vitimados em acidentes de trânsito que, normalmente, têm seu primeiro atendimento realizado pelo SAMU, que integra a Ação 8585, e são encaminhados para os hospitais de pronto atendimento, onde são utilizadas especialidades de média e alta complexidade, como ortopedistas, cardiologistas e cirurgiões por exemplo.

A definição da aplicação dos recursos do DPVAT é totalmente técnica, realizada pelos técnicos do orçamento do Ministério da Saúde, como já dito, não existe normatização formal.

Todos os valores pagos na Ação 8585 são despesas obrigatórias e com repasse automático. Os valores dessa ação são trabalhados na PLOA considerando a base de dados do teto financeiro repassados no exercício anterior, chamado de ‘manutenção’, pedidos de habilitação para novos serviços, chamados de “expansão”, e os pedidos de aumento de teto feito pelos Estados e Municípios. A expansão e os pedidos de aumento dependem do orçamento.

Quando os recursos passam a compor a cesta de receitas do orçamento do Ministério da Saúde não há uma rastreabilidade dele. Ele passa a financiar a ação como um todo.

4.1. Participação dos recursos DPVAT na ação 8585 do SUS

VALORES DA AÇÃO 8585 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Gráfico 6 – Apresentação dos valores da Ação 8585

Ano	Projeto de Lei	Dotação Inicial	Dotação Atual
2015	40.802.652.512	43.817.796.512	43.142.321.717
2016	37.391.128.040	39.994.659.744	42.777.659.744
2017	41.607.442.712	42.085.591.408	45.755.591.408
2018	47.900.000.000	47.900.000.000	47.164.693.224
2019	49.147.734.888	49.147.734.888	49.647.734.888
2020	49.718.522.964	50.196.634.856	50.196.634.856

Esses valores foram extraídos do Painel do Orçamento Federal, utilizando a busca pelo órgão 36000 — Ministério da Saúde e pela ação 8585.

Além disso, tais valores representam o total destinado pelo Ministério da Saúde à Ação 8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade nos anos de 2015 a 2020.

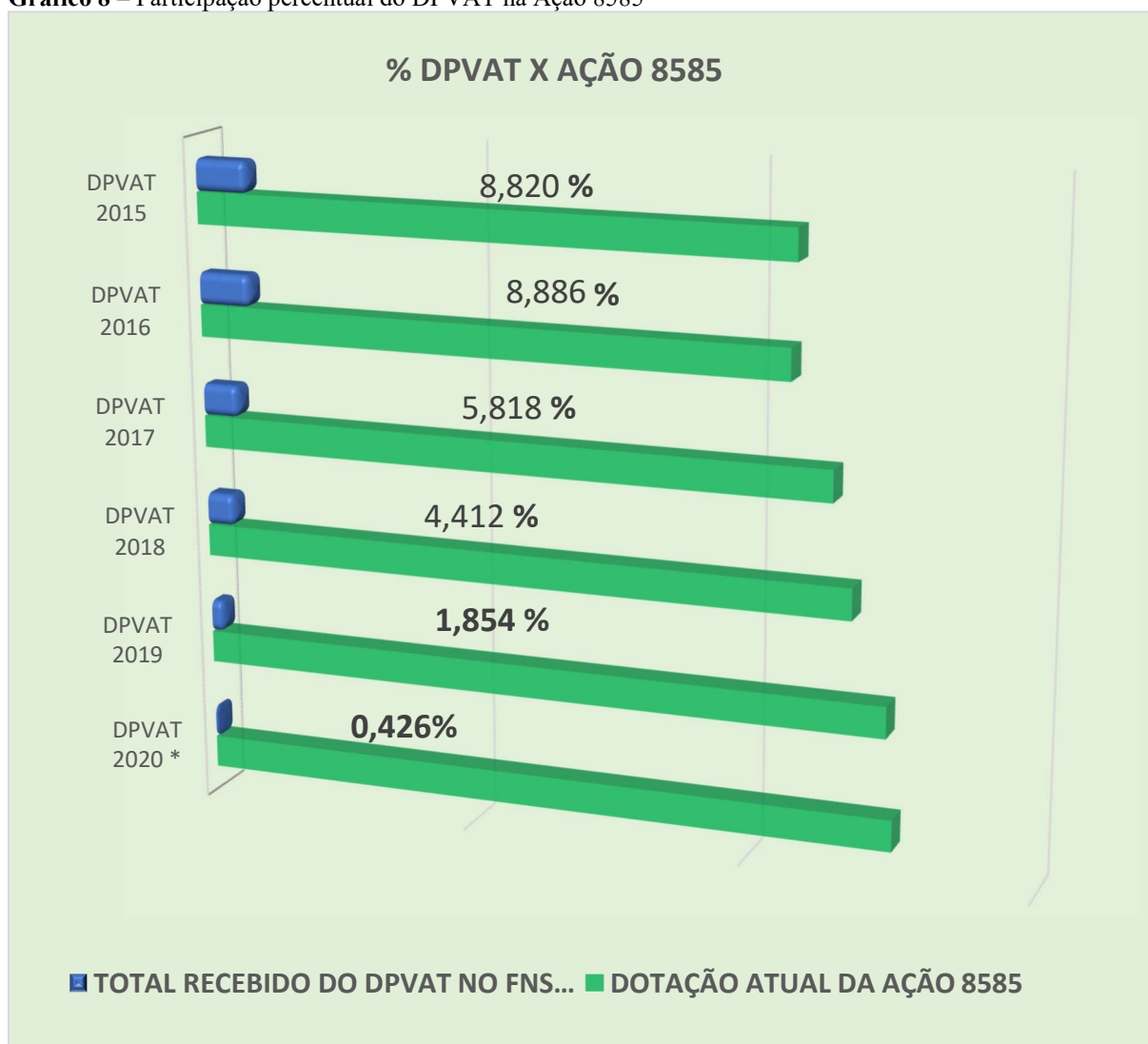
4.2. Recursos DPVAT X Dotação Ação 8585

Gráfico 7 – Apresentação dos valores DPVAT e da Ação 8585

TOTAL RECEBIDO DO DPVAT			%
ANO	NO FNS (Dados do SISGRU)	DOTAÇÃO ATUAL DA AÇÃO 8585	DPVAT X AÇÃO 8585
2015	3.805.116.058,69	43.142.321.717	8,820
2016	3.801.125.470,14	42.777.659.744	8,886
2017	2.662.196.570,88	45.755.591.408	5,818
2018	2.080.910.704,63	47.164.693.224	4,412
2019	920.492.103,87	49.647.734.888	1,854
2020	214.072.670,62	50.196.634.856	0,426

Essa tabela apresenta os valores recebidos dos recursos DPVAT e os valores destinados a Ação 8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade pelo Ministério da Saúde

4.3. Participação percentual do DPVAT na Ação 8585

Gráfico 8 – Participação percentual do DPVAT na Ação 8585

Esse gráfico representa o percentual participativo dos recursos do DPVAT em comparação aos recursos aplicados na Ação 8585 — Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade pelo Ministério da Saúde.

4.4. Valores dos recursos DPVAT na Ação 8585

Gráfico 9 – Apresentação dos valores do DPVAT e da Ação 8585

Este gráfico apresenta os valores dos recursos do DPVAT em comparação aos recursos aplicados pelo Ministério da Saúde na Ação 8585 — Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

5. QUAL SERIA O IMPACTO NA SAÚDE PÚBLICA SE O SEGURO DPVAT FOSSE EXTINTO?

Para responder a essa questão, o problema desta pesquisa, precisamos entender como funciona o orçamento da saúde.

A Emenda Constitucional nº 29 de 2000 define que a União deve aplicar um valor mínimo na saúde, o mínimo constitucional. Esse mínimo seria calculado a partir de 2001, sobre o valor empenhado no ano anterior acrescido da variação nominal do PIB. Além disso, foi definido que o mínimo a ser aplicado pelos estados seria 12%, e pelos municípios 15%, percentual calculado sobre a arrecadação dos impostos.

A Emenda Constitucional nº 95 de 2016 alterou a forma de cálculo desse valor mínimo, no exercício de 2017 seria a despesa primária paga no exercício de 2016, incluídos os restos a pagar pagos e demais operações que afetam o resultado primário, corrigida em 7,2% e para os exercícios posteriores, ao valor do limite referente ao exercício imediatamente anterior,

corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

Esse valor mínimo é obrigatório, ou seja, o Governo Federal tem a obrigação de indicar fontes de receita para compor esse valor anualmente. Essas receitas, próprias ou indicadas pelo Tesouro Nacional, compõem uma cesta de fontes que vão integrar o orçamento do Ministério da Saúde e custear as despesas do SUS. O recurso advindo do DPVAT é uma dessas fontes.

Então, qual seria o impacto nas ações de saúde pública caso o DPVAT fosse extinto?

Considerando que os custos da saúde pública são assegurados constitucionalmente pelo mínimo constitucional; que o recurso do seguro DPVAT representa uma das fontes que compõem esse mínimo; e que havendo frustração de qualquer fonte essa deverá ser substituída, conclui-se que, havendo a extinção do seguro DPVAT, as ações de saúde pública seriam garantidas por outras fontes e não sofreriam nenhum impacto.

No orçamento do Ministério da Saúde, não importa qual será a fonte que comporá esse mínimo constitucional, logo, se o DPVAT for extinto o governo terá que apresentar uma outra fonte da Seguridade Social para suprir a falta desse recurso.

Então, devido ao mínimo constitucional, a extinção do DPVAT não geraria nenhum impacto direto na saúde pública.

Obviamente, a extinção desses recursos do DPVAT traria prejuízo para o Governo Federal, que teria que cobri-lo com outras fontes de receita.

6. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa trata-se de um estudo exploratório descritivo, com fontes primárias e secundárias, cujos resultados se apresentam de forma qualitativa e quantitativa.

Para alcançar os resultados dessa pesquisa, foram utilizadas pesquisas virtuais de toda a legislação que trata do tema, bem como pesquisa no material disponibilizado pela Seguradora Líder, administradora do consórcio a frente do seguro DPVAT.

Foram utilizadas também entrevistas com servidores envolvidos no processo do DPVAT e da área do orçamento do Ministério da Saúde. Na entrevista, buscou-se responder às seguintes perguntas:

- 1) Como as ações que utilizam os recursos do DPVAT são planejadas?
- 2) Quais ações são mais relevantes?

- 3) Como o repasse dos recursos para as ações planejadas é realizado?
- 4) Quais são os controles internos mais relevantes na execução dos recursos do DPVAT na área da saúde?
- 5) Qual a importância dos recursos do DPVAT para o SUS?
- 6) Qual seria o impacto para as políticas de saúde pública, no caso da extinção dos recursos do DPVAT?

Essas perguntas foram encaminhadas por e-mail, mas as respostas se deram presencialmente ou por celular, por meio do aplicativo *WhatsApp*. Nas entrevistas os servidores explicaram como funciona o fluxo do recurso dentro do Ministério da Saúde, explicados ao longo do trabalho.

Quanto ao levantamento dos valores, as bases dos dados utilizados foram os sistemas públicos do Tesouro Nacional como o SIAFI e o SISGRU. Também foi utilizado o Painel do Orçamento Federal, que se mostrou uma excelente ferramenta de pesquisa do orçamento público, simples e de fácil manuseio.

Além disso, o site da Câmara dos Deputados também foi de grande valia nas pesquisas do orçamento público.

Foram utilizadas, também, pesquisas anteriores que trataram do tema de forma mais ampla. Porém, a parte específica do trabalho foi feita diretamente no Ministério da Saúde.

A análise dos dados foi feita de forma comparativa entre os valores dos recursos do DPVAT e os valores do orçamento anual do FNS, e dos valores aplicados na Ação 8585 — Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O DPVAT inegavelmente é um relevante instrumento de proteção social, como podemos perceber pelas pesquisas apresentadas.

É inegável a importância desse seguro para as vítimas de acidentes de trânsito no Brasil. Contudo, tal direito precisa ser mais bem divulgado, os brasileiros precisam saber como utilizá-lo, como disse Juscelino Rodrigues Cabral (2010): “a garantia de direitos com relação ao DPVAT destinado a indenizar vítimas de acidentes de trânsito, acaba não sendo utilizada, por

falta de conhecimento”.

Essa falta de conhecimento deixa muitos brasileiros sem amparo.

De acordo com a Lei, a obrigação de divulgar o DPVAT é também da seguradora, o que pode trazer um choque de interesse. Mas o FNS e o DENATRAM fazem também sua parte na divulgação do seguro? E a sociedade? Talvez isso precise ser melhorado, e não o seguro ser extinto.

De acordo com Fernanda Sobral Scaramussa e Eduardo Costa Sá (2020), os acidentes de trânsito são cada vez mais frequentes no país, sendo que a maioria das indenizações pagas foram por invalidez permanente. Tendo isso em vista, será que todas essas vítimas seriam amparadas pelo INSS? E as famílias dos mortos teriam algum amparo se não fosse o DPVAT?

Independentemente do resultado da análise do impacto dos recursos na saúde pública, deve-se ressaltar que, apesar do INSS já ter a cobertura de pensão por morte, bem como o Benefício de Prestação Continuada — BPC, como citado na Exposição de Motivos da Medida Provisória 904/2019, não podemos deixar de analisar que uma parcela considerável da população brasileira não contribui para o INSS, e a extinção do DPVAT traria prejuízo a essa parcela da população, normalmente mais pobre, que não tem condições de contratar um seguro particular e vive na informalidade, que hoje é amparada por ele.

Ademais, a indenização para as despesas auxiliares médicas é importante para um atendimento mais rápido quando a saúde pública não consegue esse atendimento. Essa indenização ajuda na recuperação das vítimas.

É evidente a importância e a necessidade desse seguro para a população brasileira. O DPVAT é um instrumento valioso. Não é perfeito, mas com o devido estudo e correções, pode se tornar muito mais eficiente do que é hoje, e conseguir atender um número muito maior de beneficiários.

No entanto, o objetivo desta pesquisa é demonstrar qual seria o impacto de uma possível extinção do DPVAT nas ações da saúde pública. Verificou-se que, devido ao mínimo constitucional, as ações na saúde não seriam atingidas diretamente, a saúde pública está garantida por esta determinação.

Essa conclusão de que a extinção dos Recursos DPVAT não traria prejuízo a saúde pública, devido à garantia legal do valor mínimo a ser aplicado nesse setor, ressalta o quanto essa garantia é importante para o SUS e para nossa saúde. Assim, a questão levanta uma reflexão necessária: Essa garantia está impedindo o SUS de sofrer um subfinanciamento? O

SUS está e continuará sendo financiado de forma suficiente a garantir uma saúde pública de qualidade?

A Constituição Federal de 1988 ampara as ações de saúde pública em vários de seus artigos — trata desde critérios do financiamento até a garantia do atendimento. Em seu Art. 196, define que a saúde é direito de todos e dever do Estado; define que há o direito a uma saúde integral, universal e gratuita, e o SUS é o instrumento que nos garante esse direito.

O Sistema Único de Saúde — SUS do Brasil é um dos maiores sistemas de saúde do mundo, sua grandiosidade, não só pelo tamanho da população brasileira, mas também pela sua universalidade e integralidade, deve ser protegida por todos nós. Corrupção, subfinanciamento e má gestão devem ser eliminados do SUS, e a melhoria tem que ser contínua. Esse papel é nosso: governo, profissionais da saúde e controle social.

O SUS é nosso! Temos que cuidar dele. Apesar desse tema não ser o objeto deste trabalho, é imprescindível ressaltar a importância do SUS, bem como reforçar a nossa obrigação de defendê-lo, estudá-lo e aprimorá-lo.

Garantir os recursos para continuidade do SUS é o mínimo que o Estado deve fazer. O SUS é uma das maiores políticas públicas do nosso país e todos os esforços para conhecê-lo, por meio de pesquisas, estudos e sugestões são necessários e bem-vindos.

ANEXOS

Parâmetros para GRU:

Favorecido: FUNDO NACIONAL DE SAÚDE - FNS

Nome da Unidade Favorecida: Fundo Nacional de Saúde - FNS

Código da Unidade Gestora: 25700100001

Código de Recolhimento TES: 25701

Campo CNPJ: Preenchimento obrigatório com o CNPJ do Agente Arrecadador (Instituição Financeira).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Fernanda. *Seguro DPVAT: como funciona em 7 fatos!* Serasa Ensina, 2019. Disponível em: <<https://www.serasa.com.br/ensina/dicas/seguro-dpvat-como-funciona/>>. Acesso em: 17, novembro 2020.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 2002.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 jan. 2002.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 jan. 2002.

BRASIL. Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 22 nov. 1966.

BRASIL. Decreto nº 2.867, de 08 de dezembro de 1998. Dispõe sobre a repartição de recursos provenientes do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT, *Diário Oficial da República Federativa do Brasil* Poder Executivo, Brasília, DF, 9 dez. 1998.

BRASIL. Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974. Dispõe sobre Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 dez. 1974.

BRASIL. Portaria Interministerial MS/MCid/MF nº 293, de 02 de julho de 2012. Dispõe sobre a operacionalização dos repasses das parcelas do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, ou por sua Carga, a Pessoas Transportadas ou Não (DPVAT). *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 03 jul. 2012.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Acórdão nº 2609/2016, Plenário. Relator: Bruno Dantas. Sessão de 11/10/2016. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 out. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000. Altera os arts. 34, 35, 156, 160, 167 e 198 da Constituição Federal e acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para assegurar os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde. *Diário Oficial da União*, Brasília, 13 de set. 2000.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 15 de dez. 2016.

BRASIL. Medida provisória nº 904, de 11 de novembro de 2019. Dispõe sobre a extinção do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Embarcações ou por suas Cargas - DPEM, de que trata a alínea “1” do caput do art. 20 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, 12 dez. 2019.

BRASIL. CONTRAN. Resolução nº 664/86, de 18 de 05 de 2017. Dispõe sobre os modelos dos documentos de Registro e Licenciamento de Veículos e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 22 mai. 2017.

BRASIL. Código Civil. Lei nº 8.212, de 24 de julho 1991. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 jul. 1991.

BRASIL. Advocacia-Geral da União. EMI nº 00355/2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Exm/Exm-MP-904-19.pdf. Acesso em: 12, setembro 2020.

BRASIL. Congresso Nacional. Projeto de Lei nº 22, de 2019 – CN; Mensagem nº 617, de 2019. Orçamento da União: Exercício financeiro de 2020. Brasília: Congresso Nacional, 2020.

BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE. *Entendendo o SUS*. Ministério da Saúde, 2006. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/entendendo_o_sus.pdf. Acesso em: 24, outubro 2020.

BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE. *Relatório de gestão 2019*. Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio_gestao_ministerio_saude_2019.pdf. Acesso em: 05, novembro 2020.

CABRAL, Juscelino Rodrigues. Serviço social e o trânsito com ênfase no seguro DPVAT. 2010.53f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). — Centro Universitário da Grande Dourados, Dourados: 2010.

CZERWONKA, Mariana. *Seguro DPVAT está entre principais fontes de custeio do SUS. Portal do trânsito e mobilidade*, Brasil, 16 de dezembro de 2015. Disponível em: <http://www.portaldotransito.com.br/noticias/seguro-dpvat-esta-entre-principais-fontes-de-custeio-do-sus-2/>. Acesso em: 16, outubro 2020.

DUARTE, Danielle Cavalcante; OLIVEIRA, I. Érica Diniz. *Uma análise jurídico-econômica dos objetivos regulatórios do seguro DPVAT*. EALR, Brasília: v.8, n. 2, 2017. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/EALR/article/view/7873/pdf>

EVANGELISTA, Ana Paula. EPSJ/Fiocruz: Extinção do DPVAT e os impactos para o SUS. 31 jan. 2013. Podcast. Disponível em: https://soundcloud.com/epsjv_fiocruz/extincao-do-dpvat-e-os-impactos-para-o-sus. Acesso em: 02, novembro 2020.

SCARAMUSSA, F. S., & Sá, E. C. (2020). Indenizações pagas pelo seguro DPVAT: perfil epidemiológico dos acidentes envolvendo motocicletas no Brasil, contextualização das internações hospitalares e ônus ao Sistema Único de Saúde (SUS), no período de 2015 a 2018.

Saúde, Ética & Justiça (e-ISSN 2317-2770), 25(1), 10-14. Disponível em:
<https://doi.org/10.11606/issn.2317-2770.v25i1p10-14>

SEGURADORA LÍDER. Seguro DPVAT: um direito conquistado. Brasil: Seguradora Líder - DPVAT, dezembro de 2017, 28p.

SEGURADORA LÍDER. Seguro DPVAT — Agenda 2019. Brasil: Seguradora Líder, DPVAT, dezembro de 2017. Disponível em:
<https://www.seguradoralider.com.br/PortalDaIntegridade/Documents/Seguro-DPVAT-Agenda-2019.pdf>